

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 04 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0070/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **AMBEV S/A**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Voluntário Processo nº: 0.089.879/2016-1 de 23/08/2016

Revisão de lançamento de IPTU/2016 - SMF

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO TRIBUTÁRIO – REVISÃO DE IPTU DO ANO DE 2016 – RECURSO INTERPOSTO CONTRA “ DESPACHO E INFORMAÇÃO DO SETOR DE CADASTRO IMOBILIÁRIO – IMPOSSIBILIDADE DIANTE DOS ARTIGOS 5º, INCISO I E 54, INCISO II DO REGIMENTO INTERNO DESTES CRF, BEM COMO ARTIGO 109 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 043/1997 – POSTERIOR DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU – CIÊNCIA DA RECORRENTE POR MEIO DO SEU ADVOGADO COM PODERES – NÃO APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM MOMENTO ADEQUADO - RECURSO NÃO CONHECIDO – LANÇAMENTO DO IPTU 2016 MANTIDO. O recurso administrativo deve ser interposto contra autoridade máxima do órgão ou secretaria atrelada à Prefeitura Municipal, o que não ocorreu. No presente caso, o recurso fora interposto contra despacho encaminhado por auditor fiscal, tendo caráter meramente informativo. Posterior decisão do secretário Municipal de Fazenda. Impossibilidade de se aplicar o princípio da verdade real em razão da ciência inequívoca do representante da empresa, que manteve-se silente e não apresentou recurso no momento adequado. Recurso não conhecido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o lançamento do IPTU de 2016 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 04 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*

Presidente da Turma

*João Tito Schenini Cademartori Neto*

Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0071/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.780/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração de Transporte nº 50545 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza patronos agirem em nome da recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e a confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Marli de Paula Vilella; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Marli de Paula Vilella*  
Presidente da Turma

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Conselheira Relatora

*Thamiris de Oliveira Moraes*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0072/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.536/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51401 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza patronos agirem em nome da recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e a confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Marli de Paula Vilella; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Marli de Paula Vilella*  
Presidente da Turma

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Conselheira Relatora

*Thamiris de Oliveira Moraes*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0073/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.582/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração de Transporte nº 64400 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza patronos agirem em nome da recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e a confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Marli de Paula Vilella; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Marli de Paula Vilella*  
Presidente da Turma

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Conselheira Relatora

*Thamiris de Oliveira Moraes*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0074/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.546/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração de Transporte nº 63506 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza patronos agirem em nome da recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e a confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Marli de Paula Vilella; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Marli de Paula Vilella*  
Presidente da Turma

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Conselheira Relatora

*Thamiris de Oliveira Moraes*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0075/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.585/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração de Transporte nº 63509 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza patronos agirem em nome da recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e a confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Marli de Paula Vilella; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Marli de Paula Vilella*  
Presidente da Turma

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Conselheira Relatora

*Thamiris de Oliveira Moraes*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0076/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.047/2017-1 de 26/05/2017

Auto de Infração nº 51279 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedita Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0077/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.064/2017-1 de 26/05/2017

Auto de Infração nº 63131 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedita Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0078/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.127/2017-1 de 26/05/2017

Auto de Infração nº 51355 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedita Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0079/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.033.800/2017-1 de 27/03/2017

Auto de Infração nº 50546 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedita Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS ABRIL/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0080/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.204/2017-1 de 26/05/2017

Auto de Infração nº 63141 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de abril de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elias Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedita Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município